

OS VALORES CIVILIZATÓRIOS AFRO-BRASILEIROS: uma revisão de literatura nas publicações da ANPED de 2015 a 2019

Márcia Emília Guimarães de Paula Lima¹
Santuza Amorim da Silva²

Resumo

Os valores civilizatórios afro-brasileiros e africanos são intrínsecos em nossa cultura e sociedade, desempenhando um papel relevante na formação identitária e social da população brasileira. Estão imersos em nosso convívio e cotidiano, mas há um silenciamento acerca de sua existência e sua herança cultural e social, provenientes das consequências do racismo estrutural presentes em nosso país. Como a educação brasileira encontra-se centrada no reconhecimento da cultura ocidental europeia, trazendo inevitavelmente para si seus costumes e culturas e com isso, pouco valorizando as histórias e culturas dos povos africanos que aqui aportaram na condição de povos escravizados, faz-se importante pesquisas que busquem elucidar sobre o tema. Nesse contexto, o objetivo dessa pesquisa foi mapear as produções científicas publicadas pelos grupos da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped) em quatro reuniões nacionais, realizando um corte pré-pandêmico para a escolha das mesmas. Por meio dessa análise, é pretendido investigar a produção científica acerca da literatura afro-brasileira e dos valores civilizatórios afro-brasileiros. Esta pesquisa apresenta cunho qualitativo, com caráter exploratório e descritivo, utilizando revisão bibliográfica nas produções da ANPED de 2015 a 2019. Constatou-se que os valores civilizatórios afro-brasileiros não estão sendo discutidos no âmbito de trabalhos apresentados nas Reuniões Nacionais da ANPED, pelo menos não encontrando um artigo nas quatro edições pesquisadas que fale explicitamente sobre o tema, mesmo que embora as discussões sobre a literatura afro-brasileira tragam resquícios destes valores. As considerações finais apontam que se faz necessário que as lacunas encontradas no campo dos valores civilizatórios afro-brasileiros e da literatura afro-brasileira devem ser exploradas para que o processo de identificação racial dos discentes seja favorecido positivamente diante das análises apresentadas.

Palavras-chave: Relações étnico-raciais; revisão bibliográfica; literatura afro-brasileira.

¹ Graduada em Pedagogia e Mestranda em Educação pela UEMG; marciaemilia2009@hotmail.com

² Doutora em Educação e Professora no Mestrado em Educação pela UEMG; santuza@hotmail.com

Introdução

A educação brasileira encontra-se centrada no reconhecimento da cultura ocidental europeia, trazendo inevitavelmente para si seus costumes e culturas e com isso, pouco valorizando as culturas dos povos indígenas originários, bem como a história e cultura dos povos africanos que aqui aportaram na condição de povos escravizados. A valorização dos saberes considerados científicos tende a menosprezar saberes tradicionais que foram se constituindo a partir de uma condição de vida subalterna e foram repassados, majoritariamente, de forma oral.

Os valores civilizatórios afro-brasileiros e africanos fazem parte dessa tradição oral e estão intrinsecamente entranhados em nossa cultura e sociedade, desempenhando um papel relevante na formação identitária e social da população brasileira. Esses valores estão imersos em nosso convívio e cotidiano, mas há um silenciamento acerca de sua existência e sua herança cultural e social, provenientes das consequências do racismo presentes em nosso país.

Partindo desse pressuposto de apagamento, em nove de janeiro de 2003 foi sancionada a lei 10.639/03 - modificada posteriormente pela lei 11.645/08 que acrescentou o ensino obrigatório da História e Cultura Indígena nas escolas brasileiras -, foi aprovada pelo então presidente Luís Inácio Lula da Silva, e determina a obrigatoriedade do ensino-aprendizagem da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nas escolas públicas e privadas do país dentro das disciplinas que fazem parte dos currículos dos ensinos fundamental e médio com o enfoque principalmente em Literatura, Arte e História, e que teve como objetivo principal valorizar a importância da cultura negra na formação da sociedade brasileira e de algum modo retificar o silenciamento sofrido.

De acordo com Brito (2011), a lei 10.639/03 foi resultado de anos de lutas travadas pelos movimentos sociais negros brasileiros podendo ser interpretada também como um meio de reparação histórica não só para os negros, mas também para todos os brasileiros em geral, visto que a cultura brasileira também foi construída a partir de valores africanos. Assim, a lei alterou a Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996 para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Africana e Afro-Brasileira". Mesmo que essa temática já estivesse expressa na LDBEN - Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, não era o suficiente para que fosse tratada de forma objetiva pelas instituições de ensino. Assim, de acordo com a Lei 10.639/03 artigo 26º § 1º:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. § 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. (BRASIL, 2003, p.1)

Segundo Bento (2012), a formação da identidade da criança acontece por meio da socialização e das relações estabelecidas com o outro, em que é construída sua autoimagem e autoconceito. Assim, é de suma importância que sua identidade racial e sua percepção sobre diferenças raciais sejam bem trabalhadas nessa etapa do desenvolvimento humano. A escola é um dos principais espaços para refletir, ensinar e aprender sobre as diferentes etnias que formam a variedade de culturas no Brasil, sendo de extrema relevância o ensinamento dessas culturas.

É importante ressaltar que os valores civilizatórios afro-brasileiros se dão pelos conceitos de Circularidade, Religiosidade, Corporeidade, Musicalidade, Cooperativismo e/ou Comunitarismo, Ancestralidade, Memória, Ludicidade, Energia Vital (Axé) e Oralidade.

De acordo com a autora Alda Judith Alves (1992, p.54) a revisão de literatura “deve servir dois aspectos básicos (a) a contextualização do problema dentro da área de estudos; (b) a análise do referencial teórico”, assim sendo, um dos objetivos principais dessa revisão de literatura é analisar e encontrar lacunas presentes dentro da macro área da literatura afro-brasileira. Alves também afirma que “a produção do conhecimento não é um empreendimento isolado.

Essa revisão de literatura pretende analisar artigos referentes ao tema da literatura afro-brasileira que foram resultados das últimas três reuniões da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, a ANPEd que é “uma entidade sem fins lucrativos que congrega programas de pós-graduação stricto sensu em educação, professores e estudantes vinculados a estes programas e demais pesquisadores da área.” (ANPEd, 2021). Os artigos da ANPEd que aqui serão analisados são provenientes das Reuniões Científicas Nacionais referentes ao ano de 2019, 2017 e 2015.

Revisão de Literatura

A metodologia escolhida para essa análise foi um levantamento bibliográfico de artigos provenientes das reuniões da ANPEd, mas é importante afirmar que também serão analisadas outras obras que sejam pertinentes à revisão. A escolha dos artigos da ANPEd a serem analisados foram determinados por meio da leitura prévia e crítica dos títulos e resumos após

serem escolhidos os Grupos de Trabalho pertinentes ao tema da pesquisa. Os GT's analisados foram o GT07 intitulado Educação de Crianças de 0 a 6 anos, o GT10 intitulado Alfabetização, Leitura e Escrita e por fim, o GT21 intitulado Educação e Relações Étnico-Raciais. Após a realização da busca foram estabelecidos artigos pertinentes sendo ao GT21, ao GT07 e ao GT10.

Por meio de uma análise preliminar dos textos foi possível observar que há um foco específico na educação infantil e fundamental ao se falar de literatura afro-brasileira e de relações étnico-raciais em geral, ao menos referentes aos trabalhos apresentados durante as reuniões da ANPEd. Um dos artigos escolhidos faz um *overlap* entre os campos da literatura geral e o campo das relações étnico raciais intitulado *Racismo, poder e legitimação: os discursos sobre diversidade étnico-racial na gestão do Programa Nacional de Biblioteca da Escola (PNBE)*. Este artigo foi apresentado durante a trigésima oitava edição da Reunião Nacional da ANPEd, foi financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – a CAPES e sua autora é Débora Cristina de Araujo. É por esse artigo que se pretende iniciar a análise dessa revisão de literatura.

O artigo é derivado de uma pesquisa que analisa o racismo por via discursiva da gestão do PNBE e conseqüentemente como esse discurso é refletido nas obras escolhidas para serem incluídas no programa. O objetivo principal do artigo é “mostrar o quanto os discursos acerca do PNBE reiteram os interesses de grupos dominantes” (ARAUJO, 2017).

No decorrer do artigo e diante das falas da representante do PNBE entrevistada, é possível observar como se dão as estruturas de poder diante do programa e sobre como “o discurso produzido por brancas/os sobre negras/os é frequentemente marcado em convenções racializadoras e que ganham amplitude quando se fazem presentes no interior de instituições de poder” (ARAUJO, 2017, p.3).

A autora conclui o artigo afirmando que, de acordo com a entrevista dada pela representante do PNBE, o objetivo do programa tem prioridade em formação de leitores e ainda reitera que “enquanto discursos e práticas legitimadoras em nome de uma “essencialização” e cristalização da arte literária restrita a determinados grupos de autoras/es ou concepções continuarem sobrepondo-se à democratização das vozes na literatura [...] estaremos diante da também continuidade do PNBE fundamentado em bases racializantes” (ARAUJO, 2017, p.14).

O próximo artigo a ser aqui analisado também é proveniente da trigésima oitava Reunião Nacional da ANPEd e é intitulado *Práticas de ensino de leitura literária nos anos iniciais:*

interações opacas, sentidos dissipados de autoria de Iracema Santos do Nascimento. Este artigo visou analisar, por meio de observações em sala de aula, como estão sendo apresentadas as práticas de leitura e se esse ensino literário vem sendo capaz de formar leitores produtores de sentidos. A autora observou práticas de leitura em salas de aula do primeiro ao quarto ano da educação fundamental dos anos iniciais em escolas paulistas, e constatou que, de modo geral, o ensino literário vem acontecendo de modo raso e focado em realização de exercícios acerca do texto, não abrangendo para outras discussões e também não obtendo clareza quanto ao motivo de leitura daqueles textos.

A autora confirma que houveram mudanças no modo de ensino literário desde os anos 1980, afirmando que “A diferença mais notável é que agora existe ao menos uma tentativa de se ensinar leitura literária nos anos iniciais [...] com as crianças levando livros emprestados para suas casas e até podendo frequentar a biblioteca da escola (quando o espaço está liberado).” (NASCIMENTO, 2017, p.14), entretanto que essas mudanças ainda não são suficientes para que os alunos possam ser considerados leitores produtores de sentidos. Como Iracema Santos do Nascimento mesmo conclui “as condições estruturais de trabalho pouco mudaram ou quiçá pioraram.” (NASCIMENTO, 2017, p.14). Diante dessa análise, é possível compreender que, de modo geral, o ensino-aprendizagem acerca da literatura não vem sendo desenvolvido plenamente nas escolas e, portanto, é seguro afirmar que a literatura afro-brasileira também vem sofrendo o mesmo tratamento, pois esta abrange o campo da literatura por meio de suas características, mas também se propõe como temática afim de discorrer sobre as culturas e histórias africanas e afro-brasileiras.

O artigo intitulado *Personagens Negras na literatura infantil brasileira de 1980 a 2000: Revisitando o tema* apresentado na trigésima oitava Reunião Nacional da ANPEd em São Luís e de autoria de Ione da Silva Jovino foi resultado de uma pesquisa de Pós-doutorado, na época ainda em andamento, financiado pelo Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD) proveniente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e teve como objetivo principal realizar uma revisão bibliográfica acerca das pesquisas realizadas sobre a literatura infantil de 1980 a 2000, utilizando um recorte racial de análise relacionado a representação de personagens negros. As fontes utilizadas pela autora foram teses e dissertações, banco de dados, bibliotecas de universidades, artigos, coletâneas e periódicos no campo da literatura e anais de congressos referentes ao tema. A autora realizou o levantamento de acordo

com os princípios de mapeamento e narrativa (ALVES-MAZZOTTI, 2012) “com dois propósitos: a construção de uma contextualização para o problema e a análise das possibilidades presentes na literatura consultada para a concepção do referencial teórico que deve sustentar as outras etapas da pesquisa.” (JOVINO, 2017).

A autora começa fazendo um apanhado histórico acerca da literatura infantil, que se instaurou formalmente como gênero literário no século XVII, assim que a criança parou de ser vista como um adulto em miniatura pela sociedade vigente. Com essa mudança, começou-se a ter uma preocupação com o material que as crianças consumiam. No Brasil, entretanto, essa literatura específica para o público infantil só foi surgir no final do século XIX e foi instaurada no início do século XX, enquanto as personagens negras só começaram a aparecer no final dos anos 1920 e início dos anos 1930, sendo sempre vistas como submissas e subalternizadas (JOVINO, 2017). De acordo com as pesquisas da autora, as mudanças só começaram a ser vistas a partir da década de 1970, com uma retratação mais realista e violenta, mas ainda assim estereotipada.

A literatura infantil no Brasil foi implantada de modo didático e com valorização de autores “clássicos” com ênfase “valores que todo bom cidadão deveria ter como honestidade, bondade, respeito aos mais velhos, cumprimento dos deveres, caráter reto, obediência aos preceitos cristãos, caridade, dedicação ao trabalho e à família, dentre outros” (JOVINO, 2017, p.9).

Após a criação da lei 10.639/03 o mercado literário sofreu um aumento significativo de obras que contemplam o campo das relações étnico-raciais e não foi diferente com a literatura infantil, mas é importante salientar que nem sempre quantidade é sinônimo de qualidade, o que reacenderam antigas discussões sobre a procedência literária ou não destas obras.

A autora conclui que “[...] os estudos trazidos aqui revelaram é que entre o final dos anos de 1970 até a década de 1990 houve um período de grande efervescência de obras voltadas ao público infantil (algumas das quais reeditadas até o presente momento)” (JOVINO, 2017, p.13) e que:

[...] há espaço para pesquisas que possam mapear e examinar a produção que teve como foco a literatura dita inovadora, capaz de romper com um ciclo de quase cem anos de uma representação (ou ausência de) de personagens negras, apresentando discursos contraintuitivos e seus diálogos com a linguagem expressa no livro e para além dele, juntando a isso a discussão da representação de criança e infância. (idem, 2017, p.13).

Diante disso, é inegável o impacto da Lei 10.639/03 no mercado literário infantil, principalmente acerca de histórias voltadas para o campo das relações étnico-raciais e sua inserção dentro das escolas públicas do país, que indubitavelmente aumentaram o acesso de docentes e discentes a estas obras.

O artigo *A dimensão étnico-racial na educação infantil: Um olhar sobre a perspectiva das crianças* de autoria de Eduarda Souza Gaudio, apresentado na trigésima sétima Reunião Nacional da ANPEd teve como propósito analisar as relações sociais perante as diferenças étnico-raciais entre crianças. Esse trabalho destoa dos outros pois foi realizado *com* as crianças, utilizando instrumentos de coletas de dados como a observação participante das relações sociais entre as crianças, análise de documentos da instituição, conversas e entrevistas informais com os profissionais da escola, recursos audiovisuais e fotográficos, além de um diário de campo afim de anotar as observações feitas durante o processo de pesquisa.

O grupo pesquisado foi composto de 12 meninos e 12 meninas provenientes de famílias de renda baixa e com idade entre quatro e cinco anos que, na época, eram alunos de instituição infantil pública e a base teórica se apoiou em estudos acerca das relações étnico-raciais, além de estudos sociais da Infância. De acordo com a autora, diante da análise das fichas de matrículas dos alunos “13 famílias (54%) declararam as crianças como brancas, 6 famílias (25%) declararam seus/suas filhos/as como pardos/as, 3 (13%) declararam as crianças como negras e 2 (8%) preferiram não identificar a cor de seus/suas filhos/as” (GAUDIO, 2015, p.5).

Durante a observação, a autora percebeu que muitas das reproduções de racismo presentes nas falas dos alunos, se remetiam ao corpo de seus pares, sejam a cor da pele, o peso, o aspecto do cabelo, entre outros. Indagados sobre essas constatações as crianças não sabiam responder porque reproduziam essas falas ou o porquê de pensarem desse modo. A autora conclui que:

Essas concepções e normas de beleza são apreendidas desde cedo através das relações que as crianças efetivam com seus pares e adultos. A família, a creche, a igreja e os diferentes meios de comunicação divulgam uma cultura hegemônica que não oferece espaço para a diversidade influenciando efetivamente na constituição da identidade das crianças (GAUDIO, 2015, p.8).

Portanto, conclui-se que o meio em que vivem e também o entretenimento que consomem de diversos meios de comunicação, acabam influenciando o modo como as crianças

agem, se identificam e permeiam a reprodução do racismo. Nas palavras da própria autora “as imagens difundidas por esses meios contribuem para a construção de noções sobre si e sobre “os outros”, determinando efetivamente a constituição de identidades.” (GAUDIO, 2015, p.9). E durante esses processos sociais, as instituições que as crianças fazem parte sejam estas a escola, a igreja, a família e a comunidade reproduzem o racismo por meio da inferiorização de atributos relacionadas a pessoas racializadas e diante dessa influência as crianças também interiorizam essas formas de discriminação.

O artigo intitulado *A infância pequena e a construção da identidade étnico-racial na educação infantil* de autoria de Arleandra Cristina Talin do Amaral publicado na trigésima sétima Reunião Nacional da ANPED em Florianópolis discorre sobre como as identidades das crianças vem sendo construídas no cotidiano da educação infantil. Para termos de análise, a autora relata que a pesquisa se baseou no conceito de identidade “que compreende a consciência humana como extremamente social.” (AMARAL, 2015, p.4) ou seja do conceito que o indivíduo tem de si mesmo.

O estudo teve um caráter etnográfico, por meio de observação e escrita de um diário de campo em que a autora relatou os acontecimentos vividos durante o semestre letivo que acompanhou a sala de educação infantil que foi inserida. Observou-se que os espaços de circulação dentro da escola sempre estavam cercados de imagens e figuras que retratavam apenas crianças brancas, além de bonecas majoritariamente brancas na hora da brincadeira, percebendo que as poucas bonecas negras presentes eram desprezadas pelas crianças, citando-as como “feias”.

Outro aspecto interessante observado pela autora, foi o trato das docentes em relação a crianças negras e brancas. Enquanto as professoras elogiavam constantemente a aparência de crianças brancas em conjunto com os elogios sobre a participação ou exercícios realizados, as negras eram elogiadas apenas pelo seu desempenho, reforçando que “o negro na instituição educativa, amiúde, pode até ser elogiado por aquilo que faz, mas raramente pelo que é” (AMARAL, 2015, p. 10).

A autora conclui que:

a permanência prolongada no campo, a observação da rotina, a interação com educadores e principalmente com as crianças revelou que imperava na instituição uma valorização da “branquidade normativa” expressa na organização dos ambientes e até mesmo nas apreciações em relação à beleza estética e na predileção pelas crianças brancas, realizada algumas

vezes de modo velado pelas docentes (AMARAL, 2015, p. 16).

Diante disso podemos perceber o quão importante é utilizar recursos didáticos em sala de aula – como a literatura afro-brasileira - para que as crianças aprendam a reconhecer-se como racializadas e para que assim possam construir uma identidade positiva. É importante salientar que os docentes também precisam estar cientes que suas ações contribuem para a autoimagem das crianças, e, portanto, é necessário que as formações de professores tenham um currículo que discuta o tema das relações étnico-raciais afim de formar docentes mais preparados e que reforcem uma educação antirracista.

O artigo *Construção de concepções étnico-raciais africanas em sala de aula* apresentado também na trigésima sétima edição da Reunião Nacional da ANPEd e de autoria de Elizângela Áreas Ferreira de Almeida e Eliane Giachetto Saravali traz primeiramente um breve histórico da concepção da lei 10.639/03, discorrendo sobre as lutas dos movimentos sociais para a implementação da lei e então se propõe a discutir como a literatura africana e afro-brasileira, por se pontuar diante de uma tradição oral foi vista, por muito tempo, como um gênero ficcional inferior, sendo desconsiderada como produção artística diante da visão eurocêntrica que permeia a sociedade brasileira.

Mesmo recebendo essa influência europeia, as autoras afirmam que “não há como negar a grande contribuição e influência da cultura africana em nossa formação, não apenas por meio da assimilação e incorporação dos elementos mais visíveis dessa cultura à nossa, mas pela presença de valores civilizatórios afro-brasileiros na concepção de mundo e em atitudes cotidianas do povo brasileiro” (ALMEIDA; SARAVALI, 2015), constatação que a autora desse presente artigo também considera pertinente.

Portanto, o objetivo de pesquisa de Almeida e Saravali dá-se por:

promover um diálogo entre a pesquisa acadêmica no campo da educação e a prática pedagógica em sala de aula e, mediante uma intervenção pedagógica pautada no delineamento metodológico da pesquisa-ação, buscar conhecer e avaliar as concepções étnicas de escolares e contribuir para que estes construam novas noções e valores sociais por meio da literatura infanto-juvenil de matriz africana e afro-brasileira (ALMEIDA; SARAVALI, 2015, p. 9).

A pesquisa original foi realizada com 28 alunos de 12 a 14 anos, discentes de uma escola de ensino fundamental paulista e a coleta de dados se deu por meio de um diagnóstico inicial, por forma de uma entrevista onde as pesquisadoras realizaram uma sondagem do conhecimento

das crianças acerca do Continente Africano e suas culturas. Constatou-se que os alunos se pautaram muito no senso comum, relatando que a África é um “país” pobre e com poucos recursos e a partir dessas colocações iniciais foi criado o projeto de literatura literário denominado “Karingana wa Karingana” que buscou apresentar as obras de literatura africana e afro-brasileira para as crianças por meio de uma roda de leitura e contação de histórias, utilizando livros enviados às escolas públicas por meio do PNBE, já discutido anteriormente nesse artigo.

A partir da discussão e leitura dos livros de literatura afro-brasileira por meio de uma roda de conversa, foi sugerido aos alunos que trouxessem provérbios africanos para sala de aula e a partir destes foram convidados a desenvolver histórias acerca do tema do provérbio escolhido.

Com relação aos resultados obtidos por meio dessa dinâmica, as autoras puderam concluir que as crianças desenvolveram percepções mais acertadas e avançadas acerca da cultura africana, mostrando que é possível utilizar recursos presentes na escola, como os livros de literatura afro-brasileira, para a construção de valores étnico-raciais com os alunos.

Antes de prosseguir com a última parte da análise descritiva dos artigos encontrados, é importante pontuar que os artigos apresentados na trigésima nona Reunião Nacional da ANPEd, em 2019, tem um número de páginas significativamente menor do que aqueles apresentados nas outras edições, portanto consequentemente a análise descritiva destes será menor do que dos outros artigos aqui citados.

Partindo desse pressuposto, o artigo *Livros de literatura infantil afro-brasileira em acervos de escolas municipais da mata norte pernambucana* de autoria de Adlene Silva Arantes apresentado na trigésima nona Reunião Nacional da ANPEd tratou-se de uma pesquisa bibliográfica com análise documental, metodologia esta que também é a proposta de análise pretendida pela autora que escreve este artigo, referente a sua própria pesquisa.

Baseado nas teorias do multiculturalismo e literatura afro-brasileira e africana, Arantes analisou três bibliotecas diferentes na zona da mata pernambucana, mapeando 2.300 obras em que apenas 79 trazem personagens negros como principais, entretanto nem sempre recebendo resultados favoráveis em relação a representações positivas, como é o caso de *Casa Grande e Senzala em quadrinhos*, adaptação de Estevão Pinto da obra de Gilberto Freyre, que traz descrições racistas e propagação da noção de democracia racial, que afirma a impossibilidade de

ser racista no Brasil como acontece, por exemplo, nos Estados Unidos, uma vez que as raízes brasileiras são miscigenadas. Essa noção, que é uma falácia, permeia o imaginário popular de tal forma que o racismo estrutural e institucional não é percebido por boa parte da população, e, portanto, ter essa obra de fácil acesso para crianças e adolescentes, é fomentar ainda mais o racismo.

A maioria dos livros analisados fazem parte do PNBE e é importante salientar que a maioria das obras de literatura infantil com personagens principais negros são resultados diretos da promulgação da lei 10.639/03, pois estes livros foram publicados depois de 2003. Arantes conclui que apesar de existirem essas obras nas bibliotecas, não se tem certeza de que estão sendo utilizadas dentro de sala de aula ou se estão, se são trabalhadas de forma positiva.

O artigo “*Tia, quero ser negro*”: *diferenças étnico-raciais na creche*, de autoria de Adriana do Carmo Corrêa Gonçalves, também apresentado na trigésima nona Reunião Nacional da ANPED, trata-se de uma pesquisa exploratória com cunho de observação participante utilizando de coleta de dados referentes a caderno de registro e enquetes realizadas com os responsáveis pelas crianças observadas. Durante as observações, a autora percebeu que as crianças, todas na faixa etária de 2 anos, tinham muita dificuldade em se reconhecer como negras e diante disso, visto ao caráter de professora-pesquisadora da autora um projeto foi desenvolvido para trabalhar as questões étnico-raciais com as crianças.

O projeto propôs-se a discutir de modo lúdico as relações étnico-raciais com as crianças utilizando o recurso didático das rodas de conversa, utilizando trechos do filme *Kiriku e a Feiticeira*, além do livro intitulado *História dos Escravos*. Um questionário foi enviado aos pais, após essas discussões, para que eles auxiliassem as crianças com sua autoidentificação, e como resultado viu-se que muitas das crianças que haviam se identificado como brancas anteriormente, agora identificam-se como pessoas racializadas, concluindo que a intervenção docente auxiliou as crianças nesse processo de identificação e pertencimento étnico-racial.

O artigo *As literaturas africanas e afro-brasileiras – O desafio da aplicabilidade da lei 10.639/03 de levar o leitor a uma viagem com os deuses afro* de autoria de Maria Cristina Marques, também apresentado na trigésima nona Reunião Nacional da ANPED, trata diretamente do valor civilizatório da religiosidade diante dos percalços ocorridos diante da leitura do livro “*Lendas de Exu*”, de Adilson Martins (2009) em sala de aula pela autora, proveniente do racismo religioso empregado pelos diretores da escola. Este livro, mesmo se

tratando de literatura infantil com objetivo de enriquecer os conhecimentos das crianças diante da religiosidade afro-brasileira e africana, foi banido das bibliotecas no município de Macaé diante da demonização das religiões de matriz africana, sendo considerado como um livro de “macumba”.

O livro, distribuído pelo PNBE e pelo Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação, foi o causador de um inquérito administrativo contra Marques apenas pelo fato de ter discutido a história durante suas aulas de Língua Portuguesa e Redação. Esse relato de experiência demonstra a necessidade da discussão plena dos valores civilizatórios afro-brasileiros em sala de aula, a fim de desmistificar esses assuntos e trazer compreensão acerca desses valores culturais que fazem parte da sociedade brasileira., além da desconstrução do racismo religioso que é consequência direta da colonização sofrida.

Finalizando esta análise descritiva está o artigo *Estado da Arte, política curricular e relações raciais: as pesquisas nas produções da ANPEd (2000-2015)* de autoria de Raquel Amorim dos Santos e Rosângela Maria de Nazaré Barbosa e Silva, presente na trigésima oitava Reunião Nacional da ANPEd.

Esses dados são extremamente importantes para essa revisão de literatura pois realizam uma espécie de “Estado da Arte” desses conhecimentos, ou ao menos um estudo menos ambicioso que remeta a esse método de pesquisa. No artigo de Santos e Silva (2017), as autoras relatam que o recorte temporal se deu por meio das lutas dos movimentos sociais negros durante esse período para a descolonização dos currículos, luta essa que culminou na implementação da lei 10.639/03 e diante desse levantamento foram encontrados 39 trabalhos relacionados à Política Curricular e Relações Raciais apresentados como parte do GT21 - Educação e Relação Étnico-Raciais. De acordo com as autoras:

Em relação ao tratamento metodológico os estudos combinaram a pesquisa bibliográfica e análise de documentos, usando para o trabalho empírico: pesquisas apoiadas na análise de depoimento, nos estudos de um caso, nos estudos de caso do tipo etnográfico. (SANTOS; SILVA, 2017, p.4).

Ou seja, as pesquisas contaram com um amplo espectro de tratamentos metodológicos e análises de dados qualitativos. As autoras concluem que, de forma geral, os artigos produzidos durante esse período retratam pesquisas sobre o racismo, desigualdade racial e discriminação para com a população negra dentro da educação além de tratarem a lei 10.639/03 como uma conquista do povo negro brasileiro, avançando para construir novas relações sociais.

Conclusão

Pela revisão de literatura realizada acima pôde-se observar que os valores civilizatórios afro-brasileiros não estão sendo muito discutidos no âmbito de trabalhos apresentados nas Reuniões Nacionais da ANPEd, pelo menos não encontrando um artigo nas últimas três edições que fale explicitamente sobre o tema, embora as discussões sobre a literatura afro-brasileira tragam resquícios destes valores, visto que são dois assuntos que se comunicam e são intrínsecos um do outro.

Quanto à literatura brasileira, muito tem a se dizer. Percebeu-se que ainda perdura o racismo estrutural e também o racismo religioso acerca de livros que envolvam as temáticas étnico-raciais, e que por muitas vezes, os livros são utilizados de formas rasas e esporádicas pelos docentes ao redor do Brasil contribuindo para “uma pedagogia do exótico” e por meio disso carecendo de um ensino-aprendizagem que ativamente trabalhe de forma positiva na identificação étnica dos discentes. É necessário apontar também que embora o arsenal de livros distribuídos para as escolas brasileiras que falem sobre a temática seja extenso, nem sempre eles possibilitam uma aprendizagem que vá de fato implementar os objetivos da lei 10.639/09 ou propagarão discursos que influenciam crenças e atitudes (SILVA; FREITAS, 2016), visto que alguns desses livros apresentados nos artigos analisados acima. Diante dessa análise, pode-se concluir que as lacunas encontradas no campo dos valores civilizatórios afro-brasileiros e da literatura afro-brasileira devem ser exploradas para que o processo de identificação racial dos discentes seja favorecido positivamente diante das análises apresentadas.

Referências

ALVES-MAZZOTTI, Alda J. A “revisão da bibliografia” em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis – o retorno. In: BIANCHETTI, Lucídio & MACHADO, Ana Maria N. **A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação e escrita de teses e dissertações**. São Paulo: Cortez, 2012, p. 41 - 59.

ALMEIDA, Elizângela Áreas Ferreira de. SARAVALI, Eliane Guiachetto. Construção de concepções étnico-raciais africanas em sala de aula. In: **37ª REUNÃO NACIONAL ANPED**, 37., 2015, Florianópolis. Anais [...]. Florianópolis: UFSC, 2015. p. 1-18.

AMARAL, Arleandra Cristina Talin do. A infância pequena e a construção da identidade étnico-racial na educação infantil. In: **37ª REUNÃO NACIONAL ANPED**, 37., 2015, Florianópolis. Anais [...]. Florianópolis: UFSC, 2015. p. 1-18.

ANPED. **Sobre a ANPEd. Rio de Janeiro**. ANPED. 2021. Disponível em <<https://www.anped.org.br/sobre-anped>> Acesso em 14 de outubro de 2022.

ARANTES, Adlene Silva. Livros de literatura infantil afro-brasileira em acervos de escolas municipais da mata norte pernambucana. In: **39ª REUNÃO NACIONAL ANPED**, 39., 2019,

Niterói. Anais [...]. Niterói: UFF, 2019. p. 1-7.

ARAUJO, Débora Cristina de. Racismo, poder e legitimação: os discursos sobre diversidade étnico-racial na gestão do programa nacional de biblioteca da escola (PNBE). In: **38ª REUNÃO NACIONAL ANPED**, 38., 2017, São Luís. Anais [...]. São Luís: UFMA, 2017. p. 1-16.

BRASIL. **Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: <http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/lei_10639_09012003.pdf> Acesso em 14 de outubro de 2022.

BRITO, José Eustáquio de. Educação e relações étnico-raciais: desafios e perspectivas para o trabalho docente. **Revista Educação em Foco**, ano 14, nº 18: Belo Horizonte, 2011, p. 57-74.

BENTO, Maria Aparecida Silva. A identidade racial em crianças pequenas. In: BENTO, Maria Aparecida Silva (Org.). **Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais**. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT, 2012.

GAUDIO, Eduarda Souza. Dimensão étnico-racial na educação infantil: Um olhar sobre a perspectiva das crianças. In: **37ª REUNÃO NACIONAL ANPED**, 37., 2015, Florianópolis. Anais [...]. Florianópolis: UFSC, 2015. p. 1-16.

GONÇALVES, Adriana do Carmo Côrrea. “Tia, quero ser negro”: diferenças étnico-raciais na creche. In: **39ª REUNÃO NACIONAL ANPED**, 39., 2019, Niterói. Anais [...]. Niterói: UFF, 2019. p. 1-7.

JOVINO, Ione da Silva. Personagens negras na literatura infantil brasileira de 1980 a 2000: Revisitando o tema. In: **38ª REUNÃO NACIONAL ANPED**, 38., 2017, São Luís. Anais [...]. São Luís: UFMA, 2017. p. 1-17.

GONÇALVES, Adriana do Carmo Côrrea. “Tia, quero ser negro”: diferenças étnico-raciais na creche. In: **39ª REUNÃO NACIONAL ANPED**, 39., 2019, Niterói. Anais [...]. Niterói: UFF, 2019. p. 1-7.

MARQUES, Maria Cristina. As literaturas africanas e afro-brasileiras – O desafio da aplicabilidade da lei 10.639/03 de levar o leitor a uma viagem com os deuses afro. In: **39ª REUNÃO NACIONAL ANPED**, 39., 2019, Niterói. Anais [...]. Niterói: UFF, 2019. p. 1-9.

NASCIMENTO, Iracema Santos do. Práticas de ensino de leitura literária nos anos iniciais: interações opacas, sentidos dissipados. In: **38ª REUNÃO NACIONAL ANPED**, 38., 2017, São Luís. Anais [...]. São Luís: UFMA, 2017. p. 1-16.

SANTOS, Raquel Amorim dos. SILVA, Rosângela Maria de Nazaré Barbosa e. Estado da Arte, política curricular e relações raciais: As pesquisas das produções da ANPEd (2000-2015). In: **38ª REUNÃO NACIONAL ANPED**, 38., 2017, São Luís. Anais [...]. São Luís: UFMA, 2017. p. 1-19

SILVA, Santuza A; FREITAS, Daniela A. Representações dos negros na literatura infantil e juvenil. **Revista de Educação**. PUC. Campinas, v.21, n.3, p.211-322, set/dez, 2016.

8 Seminário

Educação e Formação Humana: desafios do tempo presente | III Simpósio Educação, Formação e Trabalho